



Câmara quer junto a Leixões o tribunal marítimo previsto

MATOSINHOS Apelos ao Parlamento para travar reorganização do mapa judiciário

Pedro Olavo Simões
psimoes@jn.pt

REIVINDICAR para Matosinhos a instalação de um tribunal marítimo, justificada com toda a dinâmica em torno do porto de Leixões, levou, ontem, a unanimidade do Executivo municipal. A proposta, feita por Pedro da Vinha Costa, vereador do PSD, vai ao encontro da lei n.º 35/86, que previa tribunais desta natureza em Lisboa, Matosinhos e Faro (além da Madeira e dos Açores), só tendo sido instalado o da capital.

Para o presidente da Câmara de Matosinhos, Guilher-



USA SOARES / GLOBAL IMAGES

Leixões justifica, para a Câmara, instalação de tribunal

me Pinto, tem toda a lógica que o Estado, "em vez de confinar o tribunal marítimo a Lisboa", possa também ter em atenção Leixões, que classifica como "o porto mais eficaz do país".

Guilherme Pinto, como habitualmente, falava aos jornalistas após uma reunião privada da vereação, não ten-

do sido possível, apesar das tentativas do JN, auscultar a opinião de Pedro da Vinha Costa, que ainda contribuiu para a unanimidade em mais uma posição de Matosinhos contra o novo Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais, que menoriza o tribunal matosinhense.

Repetindo a posição crítica,

CASA DE CHÁ NAS MÃOS DA CASA DA ARQUITETURA

► Como o JN já noticiou, a Casa de Chá da Boa Nova ficará entregue à Associação Casa da Arquitetura, presidida pelo próprio Guilherme Pinto. A ideia, rejeitada pelo vereador do PSD, é criar, através da concessão, formas de autofinanciamento da associação, evitando constrangimentos causados pela Lei dos Compromissos. Entretanto, a Câmara deu novo passo (burocrático) no processo de requalificação do edifício da Real Vinícola, onde também funcionará a Casa da Arquitetura, enquanto a real Casa da Arquitetura não for construída.

o Executivo deliberou, ainda, endereçar convites aos líderes de todos os grupos parlamentares na Assembleia da República, para que visitem o Tribunal de Matosinhos, para poderem, espera Guilherme Pinto, concluir que estão a ser desperdiçadas instalações modernas e bem equipadas, em favor de outras mais precárias.

Em paralelo, foi decidido pedir uma reunião com a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, para colocar todas estas questões em cima da mesa.

O PS votou na generalidade em consonância com a maioria (o movimento chama-se agora "Por Matosinhos", tendo caído o nome de Guilherme Pinto), mas foi notada a ausência de António Parada, substituído por Vasco Pinho, que, no anterior mandato, fora vereador pelo movimento de Narciso Miranda. ●